

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
02 DE MAIO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ricardo Maia e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 689**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, preferência na discussão e votação para o Substitutivo Geral ao projeto de Lei nº 612/99, de autoria do deputado Durval Amaral.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 710**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, composta por 5 (cinco) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias, investigar o desmatamento de áreas verdes no Estado do Paraná, a não observância da Lei Florestal do Estado, no que tange a obrigatoriedade do replantio de áreas desmatadas, e tomar conhecimento da atual situação do programa Florestas Municipais, em cada município participante do programa.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) BERALDIN

**REQUERIMENTO Nº 715**

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, junto à Mesa Executiva desta Casa, a destinação do horário do Grande Expediente da sessão ordinária do próximo dia 09 de maio, para representantes do Fórum das Entidades Sindicais de Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

**REQUERIMENTO Nº 688**

Senhor Presidente.

O deputado estadual signatário do presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que sejam consignados votos de profundo pesar nos Anais da plenária desta data, pelo passamento de Jairo Obirajara Schmidt, que ocorreu no último dia 20 de abril.

Jairo Obirajara Schmidt, nascido em 10 de setembro de 1969, deixa a mãe Genecy da Silva Schmidt e mais 10 irmãos, entre eles, Silom Schmidt, atual prefeito de Santa Helena e uma lacuna muito grande no seu vasto círculo de amizade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, respeitando os sentimentos, soma-se e externa por este parlamentar as sentidas condolências à família Schmidt pela perda irreparável.

Do aprovado, o solicitante pede que seja dada ciência a família, na pessoa do senhor Silom Schmidt, através de correspondência a ser encaminhada a Prefeitura Municipal de Santa Helena CEP 85892-000 - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente.

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a consignação nos Anais da Sessão Plenária desta data, dos votos de pesar desta Casa legislativa pelo falecimento do vereador Darci Valiati, integrante da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, no último dia 16 de abril.

O falecido edil nasceu em 28 de março de 1953, na cidade de Foz do Iguaçu, neste Estado, sendo filho de Severino e Elsemira Valiati. Com a sua família, em 1966, transferiu residência para Porto Mendes, onde continuava residindo, e por cuja comunidade elegeu-se vereador no último pleito municipal.

Liderança comunitária destacada e pessoa de exemplares princípios, Darci Valiati deixa a esposa Leony e o filho Jossoni e uma grande lacuna em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste deputado, associa-se à dor da família Valiati, encaminhando a ela as sentidas condolências pela perda irreparável.

Do aprovado, solicita seja dado ciência a senhora Leony Valiati, sede distrital de Porto Mendes - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 691

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma o presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão do dia de hoje, dessa Casa Legislativa Estadual, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Geraldo Maffei Filho, ocorrido no último dia 24 de abril.

A Assembléia Legislativa do Paraná, externa por este parlamentar as sentidas condolências à família.

Do aprovado, solicita seja dado ciência à senhora Carmem Maffei, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Presidente Epitácio, s/nº - CEP 85940-000 - Quatro Pontes - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente.

O deputado estadual signatário do presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, com a devida anuência do Plenário, que sejam consignados nos Anais da plenária de hoje, os votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Alaíde de Souza Auler, ocorrido no último dia 21 de abril.

A falecida nasceu em 1º de abril de 1936, na cidade de Piratuba, Santa Catarina. Foi casada com

Bruno Auler, de cujo matrimônio nasceram 5 filhos. No ano de 1985, transferiu-se com sua família ao Paraná, continuando a dedicar-se ao magistério.

A Assembléia Legislativa do Paraná, manifesta por este parlamentar, as sentidas condolências à família Auler, pela perda irreparável da pranteada esposa, mãe e avó.

Do aprovado, o requerente solicita que seja dada ciência a senhora Solange Auler Wiedeck, via correspondência a ser encaminhada a Câmara Municipal - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 709

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Requer, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada de Haroldo Alberge, (Federação Paranaense de Futebol, Av. Victor Ferreira do Amaral), 1930, falecido em nossa Capital, em data de 25/04/2000.

(a) Sala das Sessões, em 02.05.2000.

ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em 26 de abril de 2000, o senhor Haroldo Alberge.

Muito conhecido no meios esportivos do nosso Estado, Haroldo Alberge foi presidente da Federação Paranaense de Futebol entre os anos de 1982 a 1986, período em que prestou os mais relevantes serviços àquela Instituição e ao futebol do nosso Estado.

Homem de grande prestígio, fez muitos amigos ao longo de sua carreira no esporte. Faleceu deixando em todos que o conheciam, uma lacuna que não é possível preencher.

À sua família enlutada, através da Federação Paranaense de Futebol, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 712

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, Requer, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do doutor Breno Trautwein, Av. Nossa Senhora da Luz, 2441, Alto da XV, Curitiba, falecido em nossa Capital, em data de 25/04/2000.

(a) Sala das Sessões, em 02.05.2000.

ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de 25 de abril último, em nossa Capital, vítima de problemas cardíacos o doutor Breno Trautwein.

Nascido em Ibirarema-SP em 11/10/29, era filho de Antonio Trautwein (Pedreiro descendente de alemão) e Guaraciaba Jardim Trautwein (dona de casa, cozin-

heira, costureira e bordadeira de mão cheia, descendente de índios).

Seu nome foi dado pelo seu pai em homenagem a um médico que era considerado uma pessoa muito boa na sua cidade e região. Seu pai em tom de brincadeira o chamava de Ferrabrás de Alexandria, até hoje não se sabe porque.

Cursou ginásio de Cambará (norte do estado distante 3:00 horas de Londrina). Cursou científico no Colégio Rui Barbosa de Jacarezinho (próxima a Cambará). Homem de muito estudo, o doutor Breno fez os seguintes cursos na Universidade Federal do Paraná:

De 1948 a 1950, Farmácia - sendo laureado como Prêmio Nilo Cairo.

De 1960 a 1964, Licenciatura, plena em matemática.

De 1964 a 1970 Medicina - se especializando em Psiquiatria.

Registros no MEC: Química 2º Grau, Ciências naturais 1º Grau, História Natural, Física 2º Grau, Matemática 1º e 2º Grau, Diretor para escolas 1º e 2º grau.

Viveu sua juventude e mocidade em Bandeirantes (norte do estado distante 2:00 horas de Londrina) e cursando Farmácia conheceu Joanita Regina Arzua com quem felizmente casou-se em 07/07/52.

A Jô ou Joanita é também um capítulo a parte nesta história: a ela devemos a alegria, o bom humor, a amizade, o otimismo. Gozadora como todo bom Arzua, tem seu dedo na receita de Vida. Uma companheira sempre pronta a ajudar "seja quem for".

Tiveram seis filhos (dois faleceram após o nascimento).

Breno Trautwein Neto, 41 (engenheiro) que lhe deu 04 netos: Marianna, filha de Adriana que mora nos Estados Unidos. Nossa Mariana, filha de Marcia, e Joana com Bety, ganhando ainda o neto Fernando. Maria Lúcia Trautwein Barbosa, 40 (Licenciatura plena em matemática) casada com Paulo Sérgio Maurício Barbosa (mais dois netos o Felipe e a Bruna), Francisco Paulo Trautwein (lhe dão o Breno Neto) e o Emílio Antonio Trautwein (que trazem o neto Pedro).

Ministrou aulas em diversos colégios e faculdades em nosso estado, redigiu Jornais nestes municípios onde viveu, participou de programas e debates em temas polêmicos para a época. na televisão, discutindo sobre hipnose, a parapsicologia, a mediunidade e logicamente à frente do seu tempo (com vários cursos sobre o tema) trouxe alguns fatos que hoje fazem parte do dia a dia social com naturalidade. Nos recordamos do caso de uma menina que após uma regressão (técnica pouco conhecida naqueles tempos) desvendou mistério policial e familiar tendo grande repercussão nacional no Programa Flávio Cavalcanti, o Fantástico da época.

Sempre se atualizando nos diversos cursos avançados em Farmácia, Matemática e Medicina (inclusive apresentando trabalho no Congresso Mundial de psiquiatria na cidade do México).

Em Curitiba teve no IPMC (fundou a farmácia e clinicou até pouco tempo), no Colégio Estadual do

Paraná, no antigo Bamerindus (viajando por todo o país, em capacitação de recursos humanos, trabalho este também de muito destaque para a época), no Manicômio Judiciário, Instituto de Surdos do Paraná, e até hoje no Lar Estância Dona Ruth e em seu consultório particular.

Fundador do Instituto de Cultura Espírita do Paraná e da Fundação Educacional Espírita do Paraná e da Fundação Educacional Espírita de Santa Catarina.

Presidente honorário da Confederação de Candomblé do Paraná.

Membro da Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Associação dos Médicos Espíritas. Associação Médica Brasileira do Paraná e da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Grau 33 (o mais elevado dentro da Maçonaria) pelo Supremo Conselho do Paraná tendo passado por todos os cargos e funções dentro da ordem maçônica inclusive fundando a academia de letras maçônicas do Paraná (e em 28/04/2000 seria laureado como palestrante de honra e fundador da academia de letras maçônicas do Noroeste) é respeitado, tendo artigos e obras espalhados em todo o país. Recentemente foi um dos 05 paranaenses a receber a comenda máxima da maçonaria Paulista e a receber uma cadeira na academia Brasileira de Letras Maçônicas.

Aposentado das demais profissões formalmente, ainda nos medica com sua farmácia pessoal, nos ensina com seu conhecimento e pensamento de professor e atende em seu consultório particular aonde sempre atendeu a muitos de graça, ou cobrando o valor da consulta que todos nos conhecemos, nunca condizente com o mercado, mas para ele o correto.

Este é um resumo da vida de nosso Breno (Democrata com paixão, anarquista por opção).

Passou por diversas tristezas as quais se refere como fatos normais na vida do ser humano, obteve sucesso, teve alegrias, homem firme e de posição, honesto e sincero (o que nos ensina ser como obrigação e não como qualidade) amigo de todos não destaca ninguém, pois para ele todos somos importantes: pai, mãe, irmãos, primos, esposa, filhos, netos, vizinhos, amigos, colegas, companheiros e até supostos desafetos (que confundem-se a cada generosidade sua, sem saber que o Breno prega sermos uma grande família, a serviço de nossa própria evolução e de toda a humanidade.).

Deus levou do nosso convívio, deixando a certeza de que esse seu filho terminou aqui na terra a missão que Ele lhe confiou, da melhor maneira possível. O doutor Breno nos deixou uma grande lição: viver sempre para o bem, fazendo o melhor possível para os outros, isso é o que nos engrandece.

À dona Joanita Regina Arzua Trautwein, todos os filhos e netos do doutor Breno, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 713

Senhor Presidente.

O deputado estadual signatário deste requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de votos de profundo pesar nos Anais da plenária desta data, pelo falecimento do senhor Eugenio Berté, na cidade de Marechal Cândido Rondon, ocorrido na data do último dia 25 de abril.

Eugênio Berté, nascido em 08 de outubro de 1920 no município de Arroio do meio, RS, que deixa a esposa Erna, os filhos Heitor, Claudio e Lurdes, foi integrante da Força Expedicionária Brasileira, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste parlamentar, associa-se à dor da família Berté, e respeitosamente encaminha a ela as sentidas condolências pela perda irreparável do pranteado esposo, pai e avô.

Do aprovado, solicita ainda seja dado conhecimento à senhora Erna Berté, através da correspondência a ser encaminhada à Rua Paraná, 630, CEP: 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 693

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Abdo Aref Kudri, alusivos a inauguração da nova sede do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná - Sindejor-PR, a realizar-se no próximo dia 28 de abril.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Mal. Deodoro nº 857, cj. 1305, CEP: 80060-010, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 694

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Rio Bom-PR, alusivos ao aniversário de 36 anos de emancipação política, que ocorreu no último dia 28 de abril.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Mauro Lucas Clementino, e ao presidente da Câmara Municipal senhor Osvaldo Norbiato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Curitiba, 65, CEP: 86830-000, município de Rio Bom-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 687

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de voto de congratulações pelo transcurso do cinquentenário de fundação do Hospital nossa Senhora das Graças, que se comemora no dia 3 de maio do corrente ano.

Que, da iniciativa se dê ciência ao Corpo Clínico e ao Quadro de Funcionários daquela entidade, através de sua diretora-superintendente Irmã Lourdes Margarida Thomé.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO Nº 697

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao senhor Ciro Antonio Kreuz, presidente da Uopeccan, pela inauguração da Casa de apoio ao doente de câncer.

Requer ainda, que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, na Rua Potiguaras, 905, esquina com Rua Carijós, CEP: 85806-430, Casa de Apoio ao Doente de Câncer, Cascavel, Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

## JUSTIFICATIVA:

A Uopeccan - União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, inaugurou no sábado, dia 29, a Casa de Apoio ao doente de câncer, que irá funcionar na esquina das Ruas Potiguaras e Carijós, no bairro Santa Cruz, próximo ao Hospital Regional de Cascavel.

A Casa de apoio está instalada numa área de 1.200 metros quadrados, é composta de 20 apartamentos com 60 leitos, mais salas de administração, reuniões e sanitários. O local será administrado pelas Irmãs Franciscanas Angelinas, que irão cuidar dos pacientes alojados durante o tratamento oncológico.

A construção contou com a mobilização de toda a comunidade, por intermédio da Uopeccan, Legião Feminina de Combate ao Câncer e Rotarys, e que possibilitou a arrecadação de mais de 300 mil reais, investidos até agora.

De acordo com o homenageado, a próxima etapa da Casa de Apoio será a construção de uma nova ala de 500 metros quadrados que será destinada para alojar as crianças em tratamento contra o câncer. A meta é que até o final do segundo semestre deste ano seja concluída esta obra.

Por esta razão, gostaria de homenagear, em nome do Presidente Ciro Kreuz, todo o pessoal envolvido na construção desta importante obra, seja atuando como dirigentes nos trabalhos, seja doando recursos para que a Casa de Apoio fosse este sonho realizado.

Diante do exposto, solicito o voto favorável dos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO Nº 703

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Valdemar Rocha Delli e Irene da Silva Rocha Delli, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 704

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Paulo Gava e Rosa Gava, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 705

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Missionário Darcy Rui

Amorim, pela realização da Convenção Mundial da Igreja Evangélica Missionária Só o Senhor é Deus, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, nos dias 21 à 23 de abril do corrente ano, com a participação de delegações de diversos países, reunindo aproximadamente 30.000 pessoas.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### REQUERIMENTO Nº 707

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Alcopar - Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Avenida Carneiro Leão, 135, salas 903/904, Maringá-PR), pela posse de sua nova Diretoria para o triênio 2000/2003.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Alcopar - Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná, empossou, em data de 31.03.2000 sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

diretor presidente	Anísio Tormena
diretores vice-presidentes	Carlos A. Longo Ermeto Baréa Hélcio Rabassi João Batista Meneguetti Ricardo Albuquerque Serafim Meneghel Sidney Meneguetti

#### Conselho Fiscal

efetivos	Sérgio Luiz Panceri Sérgio Bibiano Rodrigues Ivan Chiamulera
suplentes	Reno Ferrari Dorival Malacário Vicente M.Okamoto

Pela posse, e com desejos de muito sucesso na nova gestão, recebam todos os membros da nova Diretoria, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 708

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Siapar - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná (Avenida Carneiro Leão, 135 - salas 903/904 -

Maringá/Paraná), pela posse de sua nova Diretoria para o triênio 2000/20003.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Siapar - Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná, empossou, em data de 31.03.2000 sua nova diretoria, que ficou composta:

diretor presidente	Anísio Tormena
diretor vice-presidente	Carlos Longo
diretor secretário	Sidney Meneguetti
diretor tesoureiro	Paulo Zanetti
diretores suplentes	Ermeto Baréa Serafim Meneguel Ricardo A. Rezende João Batista Meneguetti

#### Conselho Fiscal

efetivos	Sérgio Luiz Panceri Sérgio Bibiano Rodrigues Ivan Chiamulera
suplentes	Reno Ferrari Dorival Malacário Vicente M.Okamoto

Pela posse, e com desejos de muito sucesso na nova gestão, recebam todos os membros da nova Diretoria, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 716-A

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sialpar - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool no Estado do Paraná (Avenida Carneiro Leão, 135 - salas 903/904 - Maringá/Paraná), pela posse de sua nova Diretoria para o triênio 2000/20003.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Sialpar - Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado do Paraná, empossou, em data de 31.03.2000 sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

diretor - presidente	Anísio Tormena
diretor vice-presidente	Contante O. C. Arruda
diretor secretário	Roberto de Oliva Mesquita
diretor tesoureiro	João Batista Meneguetti

diretores suplentes	Dagoberto Delmar Pinto Carlos Alberto Longo Sidney Meneguetti Sérgio Roberto Fioravante
---------------------	--

#### Conselho Fiscal

efetivos	Sérgio Luiz Panceri Sérgio Bibiano Rodrigues Ivan Chiamulera
suplentes	Reno Ferrari Dorival Malacário Vicente M.Okamoto

Pela posse, e com desejos de muito sucesso na nova gestão, recebam todos os membros da nova Diretoria, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 686

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Transportes, senhor Heinz Georg Herwig, solicitando que dê ênfase à área técnica do DER/PR, na proposta de reformulação administrativa em curso naquele órgão.

Face ao Programa de Concessão de Rodovias do Paraná, nada mais prudente e necessário que o Estado se prepare para exercer atividades finalísticas como: elaboração e fiscalização de projetos de engenharia, fiscalização de obras rodoviárias, controles tecnológicos das atividades rodoviárias, desenvolvimento de normas e especificações próprias de serviços e cursos, que permitem fiscalizar com eficiência o referido programa.

Ademais, é fundamental que o Estado tenha um corpo técnico preparado para preservar um de seus maiores patrimônios, atualmente, as rodovias estaduais.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 699

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A., no sentido de atender o pedido da senhora Marli Martins da Rosa, residente à Rua Sebastião Francisco Correa nº 95 bairro Capão da Imbuía, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico, cuja inscrição foi feita através do CPF 832.540.729-87 há três anos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 289-4817.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 700**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Rosângela Almeida, residente à Rua Rosa Liski Bugalski nº 82 - Jardim Ipanema, que pede a implantação de mais carros na linha alimentador Jardim Gianini, Afirma-nos que muitos usuários utilizam essa linha e os horários são de hora em hora e que à noite o último horário é às 20 horas, prejudicando principalmente as pessoas que trabalham até mais tarde e aos estudantes. pede que o presente pedido seja atendido pois em muito beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 701**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Rosângela Almeida, residente à Rua Rosa Liski Bugalski nº 82 - Jardim Ipanema, que pede a implantação de anti-pó na rua em que reside. Será um grande benefício para os moradores e comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 702**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, sito à Avenida Cândido Hartmann nº 1650 - bairro Bigorrião, os quais pedem um policial de trânsito a fim de orientar os alunos ao atravessarem a rua. Trata-se de um local de intenso movimento de veículos, pondo em risco de acidentes os alunos, principalmente no horário de entrada e saída das aulas. Todos os pais agradecem pelo atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 706**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, reforçando solicitação de recursos

financeiros da ordem de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para aquisição de uma ambulância, protocolado naquele órgão estadual sob nº 4.317.565-3.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 714**

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, senhora Alcione Saliba, solicitando a implantação de curso de 2º grau noturno na Escola Estadual Professora Sirley Jabas, no município e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

**JUSTIFICATIVA:**

A comunidade escolar, assim como a comunidade em geral do bairro Santa Luzia, onde localiza-se a Escola Estadual Professora Sirley Jabas, há algum tempo vem apontando a necessidade de implantação de curso de 2º grau noturno nesta escola. Uma das razões apontadas pela comunidade, é o fato de não existir este curso nas proximidades do bairro, obrigando os estudantes a deslocar-se de ônibus até a escola mais próxima e enfrentar situações de risco, como atravessar avenidas movimentadas e expor-se a violências como assaltos, sem citar os gastos com transporte e o tempo despendido para tanto. Além disso, há uma parcela de jovens que não têm condições de pagar transporte e que por isso, simplesmente deixam de estudar.

A Escola Estadual Professora Sirley Jabas tem funcionamento regular no período da manhã e da tarde, e no período da noite fica fechada. Considerando a razões levantadas pela comunidade e a grande demanda por este curso, e sabendo que a referida escola possui a infraestrutura exigida, solicitamos à senhora Alcione Saliba, secretária de Estado da Educação, a implantação do curso de 2º grau noturno na escola Professora Sirley Jabas, no município de Ponta Grossa, medida que atenderia a uma antiga reivindicação da comunidade do bairro Santa Luzia, oferecendo condições de acesso ao 2º grau às dezenas de jovens interessados e necessitados em cursá-lo.

**REQUERIMENTO Nº 695**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER:

1 - envio de expediente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, solicitando as seguintes informações a respeito do desmatamento na região do Rio Ivaí;

a) cópia da licença de desmatamento, fornecido pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, à Companhia Melhoramentos;



b) qual a área de mata virgem, da região do Rio Ivaí, atingida pelo desmatamento;

c) cópia da documentação envolvendo a troca de área da região do Rio Ivaí com a Reserva de Tuneiras;

d) o que, e qual tipo de cultura foi empregada na região do Rio Ivaí, onde existiam matas virgens, naturais e intactas.

#### REQUERIMENTO Nº 716-B

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje a matéria intitulada “Roque diz que a CPI cometeu “uma gafe”. Com a honra dos outros?”, do Jornal Diário da manhã, de 30.04.2000, em anexo.

Tal matéria refere-se a transmissão da reunião da CPI do Narcotráfico pela TV-Câmara, onde foi divulgado uma lista de nomes que não seria mais de vinte, mas de cem nomes. Conforme afirmou o deputado Federal Roque Zimmermann, a CPI cometeu uma gafe, pois esta lista não era para ser divulgada. Que zelo a CPI tem pela honra dos outros?

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

### Projetos de lei:

#### PROJETO DE LEI Nº

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro de Produção do Conhecimento, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) BERALDIN

#### PROJETO DE LEI Nº129/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23 (vinte e três) de outubro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Para usufruir do benefício, o estudante deverá comprovar a condição referida no artigo anterior através de identidade estudantil, expedida pela União Brasileira de Estudantes de 1 e 2º graus - UBES, União Paranaense dos Estudantes Secundaristas - UPES, União

Nacional dos Estudantes - UNE, ou União Municipal dos Estudantes - UMES”.

Art. 2º - O artigo 3º da Lei nº 11.182/95 passa a vigor com o seguinte conteúdo:

“Art. 3º - Caberá às Prefeituras Municipais, através dos órgãos responsáveis pela cultura, esporte e lazer, e aos órgãos de defesa do consumidor, a fiscalização do cumprimento desta lei, atuando os estabelecimentos que a descumprimem, cominando-lhes sanções administrativas cabíveis, inclusive a suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo incluir a UMES, União Municipal de Estudantes, como entidade cujos filiados também podem ter acesso aos benefícios da lei 11.182/95.

Além de estender essa prerrogativa à UMES, pretende a proposição desvincular a fiscalização só das prefeituras, ampliando essa fiscalização aos órgãos de defesa do consumidor não atrelados a prefeituras.

Trata-se de alterações simples, mas que permitirá a atuação da UMES em condições de igualdade com as outras entidades estudantis enumeradas na Lei 11.182/95.

#### PROJETO DE LEI Nº130/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Judas Tadeu, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do bairro São Judas Tadeu tem por objetivo lutar pelos interesses comunitários e procede a sua defesa, desenvolvendo trabalhos e atividades visando a integração cultural, desportivo, recreativo e de natureza social de modo em geral.

Isto posto, esperamos contar com o apoio do nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 131/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Provopar Municipal, Ação Social, com sede e foro na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Provopar Municipal, Ação Social no município de Campo Largo/PR, fundada em 06 de abril de 1999, vem desempenhando um trabalho de assistência social junto à comunidade carente de nosso Estado. Tem se dedicado em socorrer os municípios carentes e necessitados com alimentos, roupas, utensílios domésticos, campanhas de agasalhos, cadeiras de rodas, muletas, medicamentos entre outros.

A Provopar de Campo Largo tem realizado excelentes e meritórios trabalhos desde a sua criação, sendo de conhecimento de todos a sua devotada dedicação aos menos favorecidos do município e de toda a região. Sendo um programa de caráter filantrópico, sem finalidade lucrativa, que adota o serviço social como alvo, mediante a elaboração de proposta e ações para o atendimento em prol da criança, do idoso, da pessoa portadora de deficiência, da população carente em geral intercedendo nas áreas de saúde, educação, habitação. Enfim atividades que buscam unicamente o resgate da dignidade e cidadania dos menos favorecidos através de programas, projetos e serviços de interesse comunitário.

Pelo acima exposto, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Na última semana dois fatos marcaram a história da nossa cidade, Ponta Grossa. O primeiro deles é um fato que a cidade agradeceu ao ilustre presidente desta Casa, ao secretário de obras ao nosso Brustolin da Federação das Indústrias do Paraná, e ainda o jornalista João Nunes Cotar. Houve na Câmara Municipal daquela cidade o reconhecimento a um homem da imprensa que colaborou, morou e viveu em Ponta Grossa, e que deu parte da sua vida da história impressa da Princesa dos Campos, da região dos Campos Gerais. Esse é o João Nunes Cotar. O Brustolin deu o seu empenho e principalmente a sua participação em tudo aquilo que é ligado ao ensino profissionalizante da nossa cidade, e teve o reconhecimento no nosso domicílio, bem como o secretário Augusto Canto, que de perto, com os convênios, fazendo a presença do governo do Estado naquelas recuperações, e principalmente naquilo que é devido à nossa cidade,

teve Augusto Canto Neto e reconhecimento do povo pontagrossense através do título Benemérito da nossa cidade.

E por último teve, na pessoa do nosso ilustre presidente, deputado Nelson Justus, não só na sua atuação política, e nem tão somente no seu seio familiar, que tem os laços iniciais da sua trajetória nesta vida terrena com o seu pai nascido em Ponta Grossa, mas teve ele o reconhecimento do povo pontagrossense e da região dos Campos Gerais pelo seu desempenho como secretário de Indústria e Comércio deste Paraná, aonde, através da sua mão amiga, fez com que fossem canalizados inúmeros investimentos à nossa cidade, e assentadas diversas indústrias na região dos Campos Gerais e em Ponta Grossa. E teve Nelson Justus o reconhecimento de todo o povo pontagrossense e de toda a região dos Campos Gerais.

Esse é o fato positivo, o fato bom para a nossa cidade. Mas tivemos, senhor presidente e senhores deputados, também o desgosto de ver que um sentido outro que se não fosse aquele inicial feito pela CPI do Narcotráfico aqui no Paraná, evidenciamos em Ponta Grossa, aonde, por um erro do Senado da República, e mais precisamente da Câmara Federal, onde veicula uma nota que citava inúmeras famílias pontagrossenses, chefes de famílias, homens honrados, pessoas dignas, como sendo citadas neste fato que denigre não a cidade, mas denigre a Comissão, a CPI, e principalmente um dos seus membros que tem a ramificação em Ponta Grossa, que é o deputado Roque Zimerman, se valendo de denúncias anônimas, telefônicas, sem identificação, citou inúmeros nomes de comerciantes, industriais, agricultores, políticos, enfim, fez com que o descrédito e aquele circo que todos nós acreditamos que o seja, dessa CPI, vai fazer valer, no dia de amanhã, a verdade que está no lado daqueles, que naquele fato bom, reconheceram naquelas quatro pessoas, a presença da mão amiga, do trabalho, da dignidade, do caráter formado.

Ponta Grossa não merece o que recebeu. Infelizmente, esse cidadão, já pelo seu partido que é o PT, através do presidente do PT de Ponta Grossa, onde, vejam os senhores, trabalha o presidente do PT, o seu diretor-presidente foi citado pelo Padre Roque, não tem condição alguma, e principalmente, identificação nesses nomes citados com qualquer relação, senhor presidente, com esse ou aquele fato que denigra o caráter, a honradez e a dignidade do povo de Ponta Grossa.

Venho, senhor presidente, nesta tarde, dizer que voltaremos a esse assunto, para que em outros dias estejamos dentro daquilo que toda a nossa conduta e a nossa linha de Ponta Grossa têm, para oferecer ao Paraná e ao Brasil, aquela colaboração que sempre demonstrou, através do comércio, da indústria, dos seus homens públicos e, principalmente, da família que foi atingida. Estamos repudiando esse fato, em nome do Paraná e, principalmente, da região dos Campos Gerais e da nossa querida Ponta Grossa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença de uma comitiva da Ucrânia, acompanhada do deputado federal Ricardo Barros, presidente da Comissão Parlamentar Brasil - Ucrânia; Nilton Lima. Essa comitiva que visita o nosso Estado, posteriormente, vai ao Rio de Janeiro e a Brasília, é composta dos senhores: Victor Susiov, Vassyl Tsushko, Olexy Borovikov, Oleg Bilorus, Yurii Diudin e Valerii Hyhorash, respectivamente do Comitê de Atividade Bancária, do Comitê de Finanças, são deputados, o secretário da Embaixada da Ucrânia e o cônsul da Ucrânia, aqui, em Curitiba.

Sejam bem-vindos à nossa Casa, é uma honra e um privilégio tê-los aqui realmente.

**(Aplausos)**

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados, senhor deputado Ricardo Barros, demais deputados federais, que nos prestigiam nesse momento, integrantes da Comissão Brasil-Ucrânia, também é uma satisfação tê-los conosco.

Senhor presidente, na semana passada, quarta-feira, o deputado Edno Guimarães compareceu à tribuna da Assembléia e fez um pronunciamento que nos deixou, naquele momento, estupefatos. Foi difícil acreditar que tudo aquilo que estava sendo dito era verdadeiro. Só acreditávamos e acreditamos por que partia do deputado Edno Guimarães, evidentemente, um parlamentar que tem todo o nosso respeito.

Quando foi na sexta-feira, pela manhã, recebemos em nosso gabinete, alguns amigos, que vieram da região de Roncador mas que também atuam nos meios de comunicação e nos trouxeram o jornal, Folha de Cianorte, que retrata com todos os detalhes, esse que, sem sombra de dúvida, pode ser encarado como o maior crime ecológico, praticado no Estado do Paraná. A derrubada que se promoveu, de mata nativa, de árvores com mais de 300, 500 anos, sabe Deus quanto tempo de vida tinham estas árvores, com a autorização do Instituto Ambiental do Paraná, com, sei lá, a complacência, o acompanhamento do Ministério Público do Paraná, realmente nos deixa estarecidos. Afinal de contas, senhor presidente, no dia-a-dia nós temos assistido o rigor com que o IAP trata as questões de desmates praticadas por grandes, médios e pequenos produtores.

Muitas vezes a simples derrubada de eucaliptos, que, inclusive, foram plantadas pela própria pessoa, num programa de reflorestamento e aproveitamento industrial; muitas vezes um fogo colocado de forma responsável ou irresponsável, mas que causam alguns danos às matas nativas ou matas reflorestadas, são tratadas com rigor, e de repente, a gente vê isso acontecendo na cidade de Cianorte.

Não quero fazer aqui, senhor presidente, até porque não é do nosso feitio, até porque tenho amizade pessoal com a maioria dos técnicos do IAP e aqui registro a amizade que tenho com o doutor Andriguetto, não consigo acreditar, com toda sinceridade, conhecendo o comportamento que estes técnicos do IAP têm adotado, que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente tem adotado, eu não consigo acreditar que eles tenham dado autorização, mesmo que esta autorização respeite a permanência, ao final, dos 20% de mata que uma propriedade deve ter.

Esta mata de Cianorte, da Companhia Melhoramentos, Norte do Paraná, já não era só um patrimônio de Cianorte, que segundo me disse o deputado Geraldo Cartário, com quem conversei na hora do almoço, a exemplo da conversa que tive também com o deputado Beraldin, com o deputado Luiz Carlos Martins, acerca desse assunto, o deputado Cartário me disse que inclusive a Câmara de Cianorte, a municipalidade oficializou a peroba rosa como árvore símbolo daquela cidade. E dezenas, centenas dessa peroba rosa, centenárias, foram postas ao chão, numa atitude, sei lá, criminoso, que só uma ação firme e decisiva da Assembléia poderá esclarecer este assunto.

Por isso, senhor presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que como presidente desta Casa e em respeito a tudo aquilo que esta Casa tem feito em favor do meio ambiente, da preservação, da conservação, do manejo sustentável, do manejo harmônico da vida humana com a vida animal, da vida humana com os recursos hídricos que são colocados ao nosso dispor. A Assembléia votou estes dias, depois de mais de um ano de intensos debates, uma política estadual de recursos hídricos porque preocupa-se a Assembléia, o governo do estado e todos nós com a questão ambiental do Paraná.

Então solicito a Vossa Excelência que solicite ou determine à comissão que temos aqui na Casa, de Ecologia e Meio Ambiente, que faça realmente uma ação imediata, que adote um posicionamento imediato para esclarecer a todos nós o que, de fato, aconteceu no IAP, no Ministério Público, para autorizar este corte de árvores. O que aconteceu em outros locais?

Na sexta-feira liguei ao doutor Luiz, do Ibama, Manaus - como nós o chamamos - e disse: “Manaus, o que está acontecendo, o que você tem a ver com isso aí?” Ele disse: “Juro pelos meus filhos, pela minha família, que não sabia de nada, estou sabendo hoje porque li a notícia no jornal. Fui apanhado de surpresa!” “Porque, se você tiver alguma coisa com isso, pelo amor de Deus, não tem cabimento!”

Concedo aparte ao deputado Beraldin.

**O Sr. Beraldin**

Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência ocupa a tribuna, exatamente num momento importante que estamos discutindo com o presidente Nelson Justus, a possibilidade de criarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se tome as medidas, que a Assembléia,

a exemplo do que disse Vossa Excelência, que sempre tem se preocupado com a questão ecológica do nosso Estado e tem dado o exemplo; os deputados nunca se omitiram aqui de votar matérias de interesse, a favor do meio ambiente.

Então, como há notícias que me chegam ao gabinete todos os dias, que estão desmatando além daquilo que se imagina ali, na questão de Tunas do Paraná.

Até falava com o presidente que terminada essa sessão, devo me dirigir à Tunas do Paraná, para verificar *in loco*, o que é que estão desmatando, que denúncia mexeu. Porque são inúmeros caminhões de madeiras nativas que estão saindo de lá.

Sugiro ao presidente e à Casa, uma Comissão Parlamentar de cinco membros, para que no prazo de 90 dias possamos levantar a situação do desmatamento das áreas verdes no Estado do Paraná.

Espero contar com o apoio de Vossa Excelência, e acima de tudo, poder contar com o apoio do líder do Governo, Valdir Rossoni, para que a Assembléia Legislativa possa percorrer este Estado, e ver efetivamente o que é que está acontecendo.

Também tive um contato com a Fundação da Universidade Federal do Paraná, onde também um dos seus membros já se colocou à disposição da Fundação, no sentido de nos informar dentro do programa de computação que tem a Universidade, para mostrar as áreas que estão sendo desmatadas ou as áreas que foram desmatadas, descumprindo uma lei que existe: a Lei Florestal do Estado do Paraná.

Queria lhe pedir o apoio, ao mesmo tempo que o cumprimento, como homem preocupado que sempre foi com as questões ambientais e sobe à tribuna para levantar mais uma vez o assunto Cianorte, que graças à Assembléia Legislativa e graças à imprensa, as máquinas pararam em Cianorte. Estamos então, devendo esta resposta para a sociedade, porque como representantes, devemos dizer se havia ou não alvará para corte.

Muito obrigado.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte, vou fornecer inclusive, este exemplar do jornal para que Vossa Excelência o anexe a este requerimento de pedido de informação, de uma comissão, para termos o primeiro assunto a ser analisado.

Sugiro ao presidente e ao líder do Governo, que pudesse ser convidado o secretário do Meio Ambiente, ou o doutor Andriguetto, para que eles viessem na sessão de amanhã, dizer o que aconteceu, para que nenhum de nós fiquemos aqui, de repente, fazendo juízo que não seja o juízo verdadeiro da questão.

Não acredito que as autoridades maiores aqui do Instituto Ambiental do Paraná, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, tenham tido participação em autorizar isso.

Sei que foi um desenrolar muito grande, mas antes de autorizar, na minha avaliação, um governo como o

nosso, que ao longo da história sempre procurou colocar em foco, tanto que o Jaime Lerner quando prefeito de Curitiba, denominou-a Capital Ecológica do Paraná.

Não entra na minha cabeça que o governo do Estado, através do IAP e da Secretaria do Meio Ambiente, tenham autorizado a derrubada de uma mata que já não pertencia mais à Companhia de Melhoramento de Cianorte, pertencia a todos nós paranaenses, que poderia, num ato de determinação do governo, ser adquirido e ser transformado num parque.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Quero dizer a Vossa Excelência, que também estou indignado, quando o deputado Edno Guimarães nos trouxe esse problema, na mesma sessão convocamos o secretário do Meio Ambiente e o presidente do IAP. O pronunciamento do deputado Edno Guimarães foi por volta das 15 horas e convocamos o secretário do Meio Ambiente e o presidente do IAP às 17 horas, no gabinete da Liderança. Não participei da reunião com o deputado Edno e com a Comissão de Ecologia desta Casa; não participei e não sei qual foi o resultado. Mas o secretário esteve no nosso gabinete, o Andriguetto também esteve e conversou com os parlamentares e não tenho o resultado, porque Vossa Excelência sabe que estávamos - no dia da eleição do conselheiro do Tribunal de Contas, eu estava envolvido nesta escolha.

Mas me somo à sua posição, aprovamos aqui um voto de repúdio à ação da Secretaria. Foi aprovado aqui nesta Casa, com o apoio deste deputado que vos fala. Convocamos imediatamente aqui, o secretário que argumentou neste instante, que não poderia estar às 17 horas aqui. Exigimos a presença dele e, certamente, depois de ouvirmos aqui a comissão que conversou com o presidente do IAP e com o secretário do Meio Ambiente, depois de ouví-los, podemos até concordar com Vossa Excelência, de convocar novamente o secretário do Meio Ambiente e o presidente do IAP, mas primeiro temos que ouvir a comissão, porque não sei quais foram as explicações e as medidas que foram tomadas.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência é muito oportuna na argumentação que faz, porque na mesma forma que, não sabe como foi o desenrolar da reunião da Comissão de Meio Ambiente, também não sabemos.

Então como não houve nenhum pronunciamento de nenhum dos deputados integrantes da comissão, no período que caberia fazer esse pronunciamento, evidentemente do Pequeno Expediente para as comunicações, nos vimos na obrigação de vir à tribuna, fazer esse pronunciamento para que pudéssemos - de novo - trazer à discussão este assunto.

Com aparte o deputado Divanir Braz Palma.

**O Sr. Divanir Braz Palma**

Exatamente, deputado Orlando Pessuti agradeço o aparte e quero informar a Vossa Excelência que nós que pertencemos à Comissão de Meio Ambiente e Ecologia nesta Casa, participamos da reunião com o secretário e mais o presidente do IAP, o Andriguetto, que representa o IAP aqui no Paraná. E fomos antes de ontem, pela manhã - domingo, em Cianorte.

E nessa visita que fizemos, convocamos o Regional de Umuarama responsável pela emissão do laudo, o engenheiro florestal doutor João e fomos àquela cidade.

Realmente as alegações do deputado Edno Guimarães são procedentes. Agora, à luz de dados técnicos - como disse o próprio Andriguetto aqui, e o próprio engenheiro João, existe, na realidade, nobre deputado, uma lacuna na lei que eu concordo até com o deputado Beraldin, muito preocupado com essa área ecológica, que nós devemos somar essa comissão para ver se avançamos neste campo.

Veja bem: chegamos lá e vimos a área toda desmatada, o cinturão verde de Cianorte foi totalmente desfigurado. Aquele cinturão - como Vossa Excelência bem colocou, não pertence mais à companhia, pertence, historicamente àquele povo trabalhador de Cianorte, que pioneiramente chegou lá e desbravou aquelas terras ocupou aquelas terras e está vendo o que resta das suas reservas florestais serem tombadas de uma forma predatória e que o pessoal do IAP, segundo dados, fotografias, não têm como agir, porque, na lei, a Companhia Melhoramentos é proprietária da área, e como proprietária ela tem direito de desmatar.

E vou mais, tem uma parte na entrada da cidade ali uma área pequena onde foram derrubadas árvores grandes, nessa outra área do cinturão verde, ali não existe mais árvores, é um processo de degradação ao longo do tempo, que aliás vou pedir licença ao Beraldin, e vamos ver se colocamos uma emenda nessa lei do ICMS Ecológico, porque o que está acontecendo, senhor presidente, é que os municípios recebem recursos do ICMS Ecológico e depois desviam essa verba e não aplicam na manutenção, na sustentação e na preservação dessas áreas, e elas vêm se degradando ao longo do tempo como é o caso do cinturão de Cianorte. Todos os anos, agora mesmo estamos com a estiagem prolongada, depois da estiagem vem a geada, depois da geada vem o fogo, isso acontece todos os anos, não temos um carro-pipa, não temos um veículo para que o IAP possa combater os incêndios daquela região noroeste.

Então chega um ponto que a área fica toda degradada, vira uma encascal, vira só samambaia, e é fácil convencer a opinião pública, porque ali não existe mato.

Agora, como coloquei ao engenheiro João, do IAP de lá, porque, ao invés de liberar a área numa ação passiva não fazer ao contrário, uma ação positiva e restaurar a área, refazer o cinturão verde de Cianorte?

Então, acho que Vossa Excelência está com toda razão, precisamos chamar essa comissão e iremos a fundo, porque como Vossa Excelência bem colocou, o IAP no nosso entender, está agindo no dever restrito tecnicamente, agora moralmente estamos errados, não podemos avaliar uma atitude dessa da Companhia de Melhoramentos que hoje já se descaracterizou, não é mais aquela empresa que cuidava do meio ambiente, os seus fundadores já foram e hoje tem pessoas lá só ligadas a interesses peculiares, interesses de banqueiros que querem só lucro, não visam a preservação e nem manter alguma coisa que mostre aos nossos filhos, aos futuros filhos o que era aquela região que hoje estamos transformando num verdadeiro deserto.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Obrigado, deputado Braz Palma e o cumprimento por ter pessoalmente comparecido ao local e poder, evidentemente com qualidade e conhecimento, prestar a nós as informações que presta nesse momento em que oferece um aparte ao pronunciamento que faço.

Concedo a palavra ao deputado Cleiton Kielse.

**O Sr. Cleiton Kielse**

Deputado Pessuti e demais companheiros, prontamente atendida a solicitação do Líder do Governo, ainda na semana passada, o secretário Toshi Nakamora e o nosso, presidente Andrighetto, estiveram, como já explicou o deputado Divanir Braz Palma uma reunião fechada junto à Liderança do Governo.

E nesta reunião tivemos realmente uma surpresa muito desagradável, até a nossa Comissão de Meio Ambiente, porque tecnicamente a Companhia Melhoramentos está há seis anos justificando na Justiça e também junto aos Institutos Ambientais e também ao Ibama, que teria por direito mais 100 alqueires de desmatamento dentro do centro de Cianorte, moralmente e é politicamente isso seria impossível, caso realmente respeitássemos as linhas doutrinárias que hoje o próprio governo do Estado impõe quanto as medidas de conservação, preservação e manuseio do meio ambiente.

Mas, solicitamos até ao IAP e ao Instituto diretamente ligado ao Ibama nessa semana, que mostrassem quantos milhares de alqueires a Companhia de Melhoramentos, nesses últimos 40 anos acabou transformando um deserto na região noroeste do Estado, não apenas na questão do desbravamento, da limpeza que fizeram em muitos cantos da região noroeste, dizendo que seria cantos de progresso, trazendo empresas, novas metas à nossa região e que de verdade não aconteceu nada nos últimos 40 anos, a não ser realmente a comercialização de áreas que foram concedidas a um grupo inglês, que há muitos anos atrás se instalou na nossa região, e que hoje realmente, como disse o deputado Braz Palma, não tem mais a caracterização de uma empresa desbravadora, é uma empresa imobiliária que vai sair com certeza com mais de 4 mil lotes urbanos, que serão comercializados dentro

da área de Cianorte, e que eu, como presidente da Comissão do Meio Ambiente solicitei ao Instituto Ambiental e ao secretário do Meio Ambiente que paralisasse esta limpeza que eles estão fazendo e tecnicamente afirma que é apenas uma limpeza de árvores que não chegam a 20cm de diâmetro e contestamos isto.

Pedimos a paralisação do desmatamento em Cianorte e fomos prontamente atendidos pela empresa, e hoje o Ministério Público move diversas ações contra a Companhia Melhoramentos que está lá com quatro tratores esteiras. E o deputado Divanir nos coloca neste momento, que as máquinas não pararam e o campo está limpo, infelizmente.

Aproveito então, e convoco a Comissão do Meio Ambiente e solicito ao líder do Governo um avião para que possamos, esta semana ainda, pessoalmente, juntamente com os promotores e o pessoal ligado à área do Meio Ambiente do Estado, tomar uma medida mais radical em cima desta empresa.

E, o IAP, o instituto ligado ao Ibama e também a Secretaria do Meio Ambiente não têm nenhum documento historicamente levantado sobre quantos milhares de alqueires a Companhia Melhoramentos teria desmatado nestes últimos quarenta anos. Temos a convicção que estes duzentos e tantos alqueires que restariam dentro da Grande Cianorte já seriam os 20% da reserva legal dentro do quadro ainda da história da Companhia, quando começou o desbravamento nos meados de 1945, 1950.

Acho que foi uma atitude errada da Secretaria do Meio Ambiente, autorizando. Tecnicamente justificaram que não haverá uma doação de cerca de 260 ou 280 alqueires que serão transformados num parque municipal, mas hoje, 100 alqueires em qualquer lugar do mundo, já é um grande desmatamento, imagine na nossa região Noroeste.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Realmente, tudo isso que é relatado por Vossa Excelência e pelo deputado Braz Palma, faz com que aumente a nossa indignação porque todos sabemos, temos milhares de proprietários rurais na região da Mata Atlântica que não podem fazer nada por que o governo federal agiu em cima deles e estabeleceu uma política com relação à Mata Atlântica. Embora, tecnicamente, eles pudessem preservar até 20% e desmatar o resto, politicamente o governo federal agiu e estabeleceu uma política para a Mata Atlântica.

E, o governo do Estado também poderia ter agido, reagido em cima desta insistência da Companhia Melhoramentos e não permitir que aquela mata de Cianorte fosse derrubada, depreciada como foi.

Então, solicito ao presidente que adote as medidas que julgar necessárias e solicito também que possamos discutir aqui na Assembléia, de uma forma definitiva, um projeto de nossa autoria que institui as auditorias ambientais. É um projeto que discutimos desde 1994 por ocasião de um Seminário sobre Auditorias Ambientais. Assumimos este

compromisso, em 1995 apresentamos o projeto, que tramita nesta Casa há cinco anos, foi arquivado na legislatura passada, reapresentamos nesta legislatura, já existe um parecer favorável do Instituto Ambiental do Paraná, da Secretaria do Meio Ambiente, já existe a concordância inclusive de deputados ligados ao governo, porque este nosso projeto interessa ao governo do Estado do Paraná.

Então, que pudéssemos averiguar, que a Comissão competente pudesse dar os pareceres e possamos colocar este projeto em condições de vir a Plenário porque é de interesse do próprio governo do Estado que ele seja aprovado, porque é também de interesse de todos os organismos ligados ao meio ambiente neste País.

Se tivéssemos a obrigação das Auditorias Ambientais presentes, eu tenho certeza que muitos acidentes ecológicos não aconteceriam neste país. Se lá na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, fossem feitas permanentemente as auditorias ambientais; se lá na Petrobrás, naqueles dutos que transportam óleo fossem feitas as auditorias ambientais, tenho certeza que não precisaríamos, deputado Beraldin, votar projetos aqui como um de Vossa Excelência que sei está tramitando nesta Casa que trata justamente dos poluentes que são destinados nos mares, pelos navios ou coisa parecida.

#### O Sr. Beraldin

Permite um aparte, Deputado?

Agradeço, mas este projeto na verdade apresentei em 1995 e após ter apresentado mudou a Constituição e esses objetivos que queríamos colocar para controlar a nossa área marítima ficaram inconstitucionais porque o governo federal, a Constituição Federal e a Constituição Estadual passaram a contemplar o Instituto Ambiental, a Polícia Federal e o Ibama para que façam a fiscalização do ingresso dos navios que vêm de outros países e acabam lavando seus porões na costa do nosso mar e fazendo isto, naturalmente toda a sujeira, os detritos vão para a costa do nosso litoral paranaense e assim por diante. Esta era uma preocupação nossa.

Mas retomo o aparte e agradeço, porque também tenho já aprovado um regime de urgência para aprovarmos um projeto de lei que proíbe no Estado do Paraná o corte do pinheiro e da madeira nativa por 10 anos. Uma moratória para que possamos reconquistar um pouco de oxigênio que tínhamos muito mais no passado e num passado recente nós tínhamos 50% da nossa floresta nativa era pinheiro e hoje nós temos 1%, com a importância que tem o pinheiro dentro da história do Paraná.

Então, este projeto já está para constar na Ordem do Dia, porque foi aprovado o Regime de Urgência na quinta-feira passada e nós teremos aí a oportunidade de dar esta trégua para a natureza e especialmente não para aquelas árvores, pinheiros ou qualquer madeira que seja plantada com plano de corte, mas sim para as nativas, aquelas que a própria natureza se encarregou de plantar e que nós temos que cuidar.

Então, esta trégua é necessária para o Estado do Paraná, não só para o pinheiro, mas para o pau-brasil e tantas outras árvores que são importantes à cultura do Paraná.

Era isto, muito obrigado.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço Vossa Excelência e realmente a Assembleia Legislativa não pode se omitir numa situação como esta. Eu tenho certeza que através da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, através da Comissão Especial que o deputado Beraldin propõe, haveremos de colocar em pratos limpos esta questão lá de Cianorte e outras tantas que pelo Paraná pode estar acontecendo sem que tenhamos conhecimento oficial neste instante.

Encerro, agradecendo a Vossa Excelência pelo horário que nos concedeu.

No dia de amanhã queremos conversar sobre esta questão da grande safra brasileira, que o presidente Fernando Henrique está anunciando aí e que não passa de uma piada da parte do governo federal porque não tem grande safra para se anunciar.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PFL. Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Nesta tarde de terça-feira quero trazer aqui o relatório entre o conflito do MST e a Polícia Militar do Paraná, na BR-277, que aconteceu hoje pela manhã.

(Lê):

“Relatório - Conflito MST x PM na BR-277

1 - Comboio: o comboio de 25 ônibus de sem-terra foi parado na BR-277, próximo a Curitiba. A PM iniciou a revista dos ônibus, mas logo em seguida os sem-terra desceram em outros pontos e promoveram sete bloqueios na rodovia. Chegaram a atravessar um ônibus na estrada.

2 - Pedras: depois de bloquear a rodovia, os sem-terra começaram a apedrejar as viaturas do 12º e do 17º batalhão, que davam cobertura à operação. As viaturas estão sendo encaminhadas hoje à tarde para a perícia técnica.

3 - Negociação - a PM pediu reforço e iniciou uma negociação para a desobstrução da rodovia. Os sem-terra se recusaram a liberar a pista e passaram a provocar a PM. Em seguida, iniciou-se o conflito.

4 - Balas: a PM usou balas de borracha e granadas de efeito moral para enfrentar os sem-terra e liberar a rodovia. Havia PMs com munição real, mas ela não foi usada. Um PM caiu e teve o revólver tomado por um sem-terra. Mais tarde a arma foi recuperada durante revista promovida nos sem-terra, ao final da operação.

5 - Feridos: o comandante da PM fala em 4 feridos do lado da PM e diz não ter ainda um balanço do lado dos sem-terra. Admite também ter um PM ferido na perna, com tiro de arma calibre 357, mas a arma não foi achada. O assessor de Assuntos Fundiários diz ter estado ao lado de 6 PMs feridos, dois deles a bala, e um com suspeita de traumatismo craniano.

6 - Armas: O comandante da PM divulga à tarde a quantidade de armamentos apreendidas com os sem-terra. Ele não sabe se há armas de fogo no meio. O secretário Tavares disse em entrevista na Globo, e não foi contestado pelo representante do MST (que também estava no estúdio), que havia armas de fogo junto com os sem-terra.

7 - Prisão: a PM ainda não tem um balanço sobre as prisões feitas. No início da operação, Roberto Baggio foi detido por resistência ao cumprimento de ordem policial (recusou-se a descer do ônibus) e levado à Delegacia de Ordem Social, onde foi feito o registro da ocorrência. Baggio assinou um termo de compromisso segundo o qual ele deverá comparecer para audiência no Juizado Especial Criminal no dia 15 de maio, às 15h30. Após o registro da ocorrência, Baggio foi liberado.

8 - Deputados: a movimentação dos sem-terra foi apoiada, no início, apenas pelo deputado doutor Rosinha. Depois, contou com Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni. E mais tarde teve a presença de deputados estaduais do PMDB e do PDT.

9 - Desfecho: Por volta de 11h30, com o trânsito liberado, os ônibus com integrantes do MST começaram a ser enviados de volta para o interior (um ônibus a cada 10 minutos).

Fonte: coronel Guaraci Moraes Barros, comandante geral da PM”

Tenho certeza, senhor presidente, senhores deputados, que o Movimento Sem-Terra é uma ação deflagrada pelo comando nacional, lá, em Brasília e tinham eles uma ação para invadir prédios públicos em todo o território nacional. Em alguns Estados, como Minas Gerais e até mesmo o Rio de Janeiro, vimos através da grande mídia nacional, os órgãos serem invadidos e depredados por membros do Movimento Sem-Terra. Aqui, no Estado do Paraná, o secretário de Segurança, numa atitude firme e responsável, fez com que os membros desse movimento fossem interpelados nas rodovias paranaenses, para que não chegassem aqui na Capital do Estado, invadir, depredar e agir contra a lei, invadindo órgãos públicos, prédios, tanto do governo federal, como do governo do Estado do Paraná.

A polícia age com firmeza, fazendo com que as ações indevidas e ilegais não aconteçam no nosso Estado, mantendo a ordem. E é isso que o povo paranaense precisa, de uma polícia segura, firme e que faça com que a lei seja cumprida.

Nós, paranaenses, não queremos baderna e o nosso Estado do Paraná fica claro, que está sendo protegido das ações indevidas, injustas e ilegais. Tenho certeza, que o

Movimento Sem-Terra vai parar de agir contra a lei, porque o Estado do Paraná, através do seu secretário José Tavares, ex-companheiro nosso, aqui, da Assembléia Legislativa, vai agir de uma forma firme, como a população paranaense quer.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças.

PSB; PTB; PST; PSDB; PDT; PMDB

(**Declinam**)

PT. Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, deputado Nelson Justus, deputados.

Escutei atentamente a manifestação do líder do PFL, deputado Plauto Miró. Confesso, deputado Plauto Miró, que sou daqueles que preferem entre a idéia da força - do qual o seu discurso tem a matiz ideológica, a força da idéia.

Na realidade, assistimos a 10 quilômetros da entrada da cidade de Curitiba e estive presente - sou um dos acusados pelo relatório da Polícia Militar, lido pelo deputado Plauto Miró, porque fui comunicado que estava havendo uma praça de guerra e várias pessoas feridas, cidadãos paranaenses, que estavam sendo feridos, em função de um conflito com a Polícia Militar na entrada da cidade de Curitiba.

Lá chegando, pude presenciar um forte aparato da Polícia Militar, Batalhão de Choque e outras companhias, cães, cavalos e toda a sua guarnição fortemente armada, inclusive portanto carabinas de calibre 12, para enfrentar os trabalhadores do Movimento Sem-Terra.

Quero dizer a Vossa Excelência, deputado Plauto Miró, que o seu relato não corresponde inteiramente com a verdade. Acho que alguma parte do seu relato pode ter algum conteúdo de verdade, mas não corresponde ao conjunto dos fatos, que lá aconteceram. O Movimento Sem-Terra se dirigindo à Capital do Estado, várias delegações vindas de várias partes do Estado do Paraná, estavam para fazer aquilo que todo ano fazem nessa data, que é uma data nacional: a pressão junto a organismos federais, sobretudo o Incra e no caso do Estado do Paraná, não o BNDES, mas o banco do Brasil, para a liberação de recursos para a reforma agrária e para os assentamentos de sem-terras, que já existem em território nacional. No entanto foram surpreendidos pela barreira da Polícia Militar, que lhes mostrou um mandado expedido pelo juiz de Curitiba, de que os trabalhadores sem-terra estavam proibidos, segundo versão da Polícia Militar, de entrar na capital do Estado.

Esta era a primeira versão do mandado, não deixavam que as pessoas pudessem lê-lo. Mas quem leu o mandado expedido pela Justiça, viu que foi entrado um pedido junto ao Poder Judiciário que os trabalhadores sem-terra estavam proibidos de acampar e ocupar órgãos

públicos na cidade de Curitiba, o que é uma decisão legal e deveria ser enfrentada, do ponto de vista da Justiça; no entanto, a ação da Polícia Militar foi que os trabalhadores sem-terra não pudessem entrar na capital do Estado. Aí não há nenhuma decisão judicial que ampare tal manifestação por parte da Polícia Militar.

Na tentativa de obstar o acesso dos ônibus dos trabalhadores para cá, acabou acontecendo o conflito. Este conflito resultou, hoje, com um relato que temos, de 24 pessoas que estão nos hospitais da cidade de Curitiba. Antônio Tavares Pereira, que está passando agora por uma cirurgia por ter levado um tiro no abdômen. Maria Rosenilda, Jorge Nunes, Waldiney Cardoso, José Rocha, Gilson Atanazildo, Almir Lemes, Luiz Medina, José Fernandes, Adão Mendes, Ademir Ferreira, Airtton Garcia, Joemir Vieira, Aparecido Batista, Jair Casagrande, Anderson Quenor, Miguel Borges, Reginaldo Soul, Leozir Pereira de Quadros, Wilson da Cruz, Domingos Gonçalves, Loraci Lisboa e José Alves de Moraes, são as pessoas que receberam tiros, alguns com perfurações de balas mesmo e outros, a grande maioria com tiros de borracha proferidos pela Polícia Militar.

Ora, numa cidade, num governo que não tem mais a capacidade de negociação, que perdeu completamente a possibilidade do uso da razão, que se delegitima a cada dia que passa, perante a sociedade, que não tem mais a possibilidade de convencer a sociedade sobre suas ações, do ponto de vista da argumentação, da razão, do ponto de vista da informação, da utilização dos milhares e milhares de reais, fazendo propaganda, na televisão.

Quer dizer, quando o governo perde esta legitimidade, perante a sociedade, só lhe resta uma única alternativa para enfrentar os conflitos na sociedade e os problemas sociais. Me parece que esta é a nova ótica do governo, esta é a nova orientação, talvez a única saída que resta para um governo revelar, perdendo as suas possibilidades de negociação, de manter o estado de direito, de manter o estado democrático, e o governo lança mão agora de uma repressão violenta e brutal para os trabalhadores do movimento social.

Foi assim em relação aos caminhoneiros, o governo do estado, não a Polícia Militar, porque obedeceu, obedeceu ordens do secretário, do governador do Estado, invadiu um posto de gasolina de uma propriedade privada agredindo violentamente os caminhoneiros que estavam tentando se manifestar contra a cobrança do pedágio. Não há mais espaço de negociação com o governo de nenhum movimento social! quer dizer, os conflitos na sociedade serão resolvidos pelo governo do senhor Jaime Lerner, à bala. Sejam eles do MST, dos professores, dos trabalhadores de quaisquer categorias, sejam eles dos caminhoneiros. Me parece que é esta a ótica!

Importa saber por que o governo adota tal medida? Só adota tal medida porque vem dia-a-dia, ele deslegitimar enquanto organismo, com aval da sociedade, para governar o Estado do Paraná. Sucede-se a cada dia os escândalos de corrupção em nosso Estado e isso, mais dia



menos dia acaba atingindo a imagem do governo do Estado do Paraná. Não tem mais condições de governar! O governo Lerner não tem mais legitimidade perante a opinião pública para garantir a calma e a tranquilidade do povo paranaense, e por isso lança mão daquilo que os militares sempre lançaram para conter qualquer movimento social. Não precisam se legitimar perante a opinião pública; adotam a postura da violência! É lamentável que isso venha a ocorrer no Paraná sobretudo por um governo que sempre se disse a favor dos direitos humanos, das liberdades democráticas.

Estamos passando por uma página negra na nossa história! E cabe aqui a nós um repúdio à ação da Polícia Militar, não propriamente da ação da Polícia Militar mas sim da ordem do governador do Estado do Paraná, que deu para reprimir com violência os trabalhadores sem-terra impedindo que entrasse na capital do Estado, ferindo a Constituição do nosso País, que é o direito da livre manifestação do pensamento, da livre manifestação dos interesses de quaisquer categorias.

O governo Lerner revela a sua face que não era uma face oculta para muitas pessoas, mas o era para o conjunto do povo do nosso Estado. A cada dia essa face negra vem se afirmando em relação a este governo. É lamentável!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece Plano de Comprometimento de Renda para contratos de financiamento habitacionais pela Cohapar e Cohab's, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 026/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo estabelecer Plano de Comprometimento da Renda para contratos de financiamento habitacionais pela Cohapar e Cohab's, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável ao substitutivo.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Plauto Miró Guimarães, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Beto Richa, Pastor Edson Praczyk, Waldyr Pugliesi, e uma ilegível.

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que cria o Pólo de Turismo Rural no norte do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 612/99

#### P A R E C E R :

O Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 612/99, proposto em Plenário pelo líder do Governo nesta Casa, deputado Valdir Rossoni, suprime o artigo 2º do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, renumerando o artigo 1º e § como artigo 1º e 2º no substitutivo em análise, além de suprimir a expressão "revogam-se as disposições em contrário".

Em face do exposto, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Substitutivo Geral, proposto em Plenário, ao Projeto de Lei nº 612/99.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Cesar Seleme, Edson Strapasson, Plauto Miró Guimarães, Beto Richa, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expedi-

ente, solicitando preferência na discussão e votação para o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

Para encaminhar o deputado Moysés Leônidas.

**O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, queria cumprimentar o deputado Durval Amaral, por esse projeto, porque já é uma luta muito grande do Norte do Paraná, para tentar implantar o turismo normal.

A cidade de Londrina, que é a cidade pólo, até hoje ainda não fez por merecer o Escritório Regional da Secretaria de Turismo do Paraná.

Agora, essa criação de um pólo do Turismo Rural, seria importante até que o governo encampasse essa idéia aqui projetada pelo deputado Durval Amaral, na medida em que hoje o turismo rural, não só no Brasil, mas em especial nos países do primeiro mundo, têm tido um crescimento muito grande, porque em especial aquelas pessoas que vivem na cidade grande, elas não têm oportunidade de conhecer o que se passa na vida fora das grandes cidades.

Até a pouco tempo um amigo me dizia que criou os filhos na cidade de São Paulo em apartamento e considerava os filhos como frango de granja, porque não tomavam sol e também não comiam alimentação adequada, aquilo que a gente consegue ver no interior.

Então acho que o governo deveria atentar para isso. Além desta questão de um pólo de turismo rural, para o norte do Estado do Paraná, seria importante que tivéssemos lá, uma infra-estrutura como tem por exemplo a cidade de Foz do Iguaçu e o litoral, fez por merecer a criação deste projeto, do Escritório, que poderia até encampar esse trabalho.

Quero dizer ao senhor presidente e aos senhores deputados, que tem um projeto de minha autoria, que está tramitando nesta Casa, exatamente para a criação e instalação deste escritório.

Vejo com bons olhos, e acho que a segunda maior indústria para poder se arrecadar dinheiro com facilidade é o turismo e o Norte do Paraná tem inclusive, um potencial muito grande. Estamos trabalhando até com algumas lideranças lá de Cornélio Procópio, no sentido de que essa cidade possa trazer para lá uma Faculdade de Hotelaria, para que junto possa desenvolver esse trabalho na área de turismo.

No Norte do Paraná, só tem lá no município de Cornélio Procópio, um hotel fazenda com um clima abençoado por Deus, naquela região nossa de Londrina, passando dali só Campo Mourão é que tem. Então o governo precisa dar a devida atenção para esta questão, porque na maioria das vezes não somos reconhecidos, inclusive até pelo potencial que temos na cidade e na região de Londrina. Então quero cumprimentar o deputado a deixar aqui, consignado, que esta é uma forma inclusive de ajudar a atrair as pessoas para o Norte do Paraná e desenvolver a nossa região.

Para encerrar: uma boa parte das pessoas não só do resto do Brasil mas até aqui do Sul e da Capital, quando vão a Londrina pela primeira vez, ficam encantadas. Não dá para entender como é que tem uma cidade deste porte aqui e o Sul às vezes não conhece.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em votação o Requerimento. **Aprovado.**

Está em votação o Substitutivo Geral de Plenário.

**Aprovado o Substitutivo**, consequentemente o Substitutivo Geral da CCJ está **prejudicado**.

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto José Belinati, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 032, de 10.04.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 107/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto José Belinati, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/2000, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Terceira Idade - Acodeti, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 033, de 11.04.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 108/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermes Fonseca, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvi-

mento de Terceira Idade - Acodeti, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de leis.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o governo estadual a doar imóvel à prefeitura municipal de Manguinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 033, de 11.04.2000).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 110/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel à prefeitura municipal de Manguinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 113/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que disciplina a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 034, de 12.04.2000).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 113/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo disciplinar a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 686, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 687, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 688, 690, 691, 692 e 713, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 693 e 694, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 695, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 697, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 699 a 704 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 705, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 706 a 709, 712 e 716-A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 714 e 715, de autoria do senhor deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 716-B, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 710, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Em discussão.**

## O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Deputado Edno Guimarães, requer o envio de voto de repúdio ao diretor do IAP.

## O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, proponho a Vossa Excelência na ausência do deputado Edno Guimarães, na possibilidade de transferirmos para o dia de amanhã com a presença do ilustre deputado.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se para amanhã, com a presença do deputado Edno Guimarães.

Deputado Irineu Colombo, envio de expediente à Secretaria de Administração.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, iremos votar contra porque já prestei essas informações ao ilustre deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Solicito a Vossa Excelência que dê ao requerimento do deputado Irineu Colombo o mesmo tratamento que deu ao deputado Edno Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se para o dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/99

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de lei nºs 638/99, 010 e 028/2000

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026 e 612/99

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 107, 108, 110, e 113/2000

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 640, 569/99, 026 e 077/2000

Levanta-se a sessão.

### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE MAIO DE 2000.

“Roque diz que a CPI cometeu “uma gafe”. Com a honra dos outros?”

Jornal Diário da Manhã

“E até onde a tal gafe, dita pelo padre-deputado, não estaria se prestando a antevéspera da campanha eleitoral? Que zelo a CPI tem pela honra dos outros?”

“Ainda ontem, na consideração do que imaginávamos fosse um número de vinte pessoas, que teriam sido citadas na CPI do Narcotráfico, na reunião de quinta-feira, transmitida pela TV-Câmara, dizíamos que não havia irresponsabilidade, de parte dos membros da CPI,

na revelação de nomes de gente nossa, considerando o trabalho que tem sido realizado, no plano nacional, investigando e combatendo o tráfico de drogas e o crime organizado. Dizíamos, ainda, que era uma situação delicada, pelo fato de que a CPI ter chegado à nossa casa e passar, assim, a acusar gente conhecida, um amigo, um vizinho, alguém importante no seio da comunidade. Porém, tudo isso foi dito, considerando estar a CPI agindo, de fato, com responsabilidade. Entretanto, o deputado Padre Roque Zimmermann, de maneira surpreendente e preocupante, vem, agora, dizer que a CPI cometeu ‘uma gafe’, porque a lista, que não seria mais de vinte, mas de cem nomes, não era para ser divulgada. Mais, que os deputados não sabiam que a sessão estava sendo transmitida. A Câmara dos Deputados não é uma igreja, nem a CPI uma sacristia” É difícil se aceitar essa explicação, meio descabida. Mais, essa explicação não tem sentido, e permite, agora, que, por aqui, se possa levantar uma suspeição quanto aos critérios adotados pela CPI. Depois, não custa lembrar que, por mais de uma vez, manifestamos preocupação, neste jornal, quanto a poder a CPI estar se prestando a palanque de campanha eleitoral, quer pelo próprio deputado Padre Roque Zimmermann, quer pela vereadora Selma Schons, que preside a CPI Municipal, pelas seguidas entrevistas, com insinuações a respeito de quem pudesse ter algum tipo de envolvimento com o narcotráfico e com o crime organizado. Agora, a situação fica mais séria, porque a tal gafe é o involuntário. E a tal lista, de acordo com quem estava a assistir a TV-Câmara, foi entregue para o Deputado Magno Malta, presidente da CPI, pelo deputado Padre Roque Zimmermann. Mas, Malta, ao fazer a leitura, chegou a fazer um gracejo, diante da extensão da lista, afirmando que não sobraria mais ninguém de Ponta Grossa. Seríamos, assim, uma espécie de capital do narcotráfico e do crime organizado. Mais, ainda, diante de um tropeço de malta, em determinado sobrenome, Roque se apressou em fazer a leitura. Desse modo, quem vai agora desfazer a suspeição pública, que passou a reinar em torno dos nomes falados? Quem vai, agora, distinguir o culpado do inocente? Quem vai tirar a razão do ex-secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira, da Segurança Pública do Estado, que afirmou ser a CPI um tribunal de exceção? É com esse tipo de preocupação, na cidade, que a CPI vai chegar, por aqui. E até onde a tal gafe, dita pelo padre-deputado, não estaria se prestando a antevéspera da campanha eleitoral? Que zelo a CPI tem pela honra dos outros? A denúncia anônima é o bastante para a formação de um juízo de valor, de tamanha relevância? O padre-deputado que receba, pois, os aplausos dos verdadeiros culpados, porque os inocentes assumiram seus lugares!”

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E :****PORTARIA Nº 52/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Marcia Borio Wojtunik, de quarenta e cinco (45) dias, a partir de 10 de abril de 2000. (C.I.D. M65.4).

(Prot. nº 2766/2000)

**PORTARIA Nº 53/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Daniela T.F. Chrisostomo, de cento e vinte (120) dias, a partir de 23 de março de 2000. (C.I.D. 0.80.0).

(Prot. nº 3031/2000)

**PORTARIA Nº 54/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Merynusa Cordeiro Kisslheviz, de cento e vinte (120) dias, a partir de 11 de abril de 2000. (C.I.D. 0.80.0).

(Prot. nº 3032/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.2000.

**PORTARIA Nº 55/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Neuci Palota, de cento e vinte (120) dias, a partir de 03 de abril de 2000. (C.I.D. 0.82.9).

(Prot. nº 3187/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.2000.

**PORTARIA Nº 56/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, José Nascimento. Tendo-lhe sido concedido Perícia Médica e comprovação diagnóstica, sendo indicado aposentadoria por doença incapacidade para o trabalho. A partir de 20 abril de 2000.

(Prot. nº 3325/2000)

**PORTARIA Nº 57/2000**

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Sylvana Zeballos, de cento e vinte (120) dias, a partir de 14 de março de 2000. (C.I.D. 0.82.9).

(Prot. nº 3324/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.05.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**Pedido de Adesão:**

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

Leandro Augusto Achar Malheiros, matrícula 40172, endereço Antonio Leopoldo dos Santos, 60, bairro Boa Vista, cidade de Curitiba, CEP: 82560-580 - PR, remuneração mensal estimada R\$400,00, CPF: 552.452.779-72, telefone: 357-6385, lotação: serviço dep. pessoal, data de nascimento: 25/06/64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3455)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Leandro Augusto Achar Malheiros

Marlo Antonio F. de Mello, matrícula 40891, endereço Rua Mal. Hermes, 572, bairro Centro Cívico, cidade de Curitiba, CEP: 80530-230 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 571.353.205-72, telefone: 254-2030, lotação: D.A., data de nascimento: 02/12/62.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3454)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Marlo Antonio F. de Mello

Vera Cristina Goveia Malheirtos, matrícula 40188, endereço Rua Antonio Leopoldo dos Santos, bairro Boa Vista, cidade de Curitiba, CEP: 82560-580 - PR, remuneração mensal estimada R\$500,00, CPF: 598.122.659-53, telefone: 357-6385, lotação: serviço médico, data de nascimento: 04/03/64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: fonoaudióloga.

(Prot. nº 3453)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Vera Cristina Goveia Malheiros

Adriane Mazola de Araújo Perpetuo, matrícula 40264, endereço Rua Pedro R. Mello, 20, ap. 805, bairro Centro Cívico, cidade de Pato Branco, CEP: 85501-250 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,42, CPF: 500.410.229-68, telefone: (46) 225-6979, lotação: gabinete do deputado Annibelli, data de nascimento: 19/11/.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato

da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo.

(Prot. nº 3452)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Adriane Mazola de Araújo Perpetuo

Alison Waluy de Souza, matrícula 40537, endereço Rua João Alencar Guimarães, 455, bairro Santa Quitéria, cidade de Curitiba, CEP: 80310-420 - PR, remuneração mensal estimada R\$440,00, CPF: 566-217.369-91, telefone: 915-4690, lotação: D. A., data de nascimento: 16/11/67.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 3451)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Alison Waluy de Souza

José Ganda de Oliveira, matrícula 40036, endereço Rua Emílio de Menezes, 1100, bairro Bom Retiro, cidade de Curitiba, remuneração mensal estimada R\$480,48, CPF: 259.180.449-49, telefone: 338-6019, lotação: gabinete deputado Basílio Zanusso, data de nascimento: 19/10/41.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3450)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) José Ganda de Oliveira

Murilo Ramos Alvim, matrícula 40316, endereço Rua Rolando Salin Zappa Mansur, 103, bairro Barreirinha, cidade de Curitiba, CEP: 82220-480, remuneração mensal estimada R\$740,00, CPF: 450.513.569-15, telefone: 354-7853, lotação: CPD, data de nascimento: 15/01/62.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Regime Único.

(Prot. nº 3449)

Curitiba, em 19.04.2000.

(a) Murilo Ramos Alvim

Edmar Luiz Costa Júnior, matrícula 40867, endereço Rua Euzébio da Motta, 47, bairro Alto da

Glória, cidade de Curitiba, CEP: 80530-260, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 740.229.629-68, telefone: 252-1456, lotação: Diretoria Geral, data de nascimento: 22/08/69.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Agente Administrativo.

(Prot. nº 3448)

Curitiba, em 24.04.2000.

(a) Edmar Luiz Costa Júnior

Samir Smaka Ivanoski, matrícula 40704, endereço Rua Getúlio Vargas, 312, bairro Centro, cidade de Curitiba, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 084.968.469-20, lotação: Serviço Médico, data de nascimento: 25/06/52.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: médico.

(Prot. nº 3153)

Curitiba, em 18.04.2000.

(a) Samir Smaka Ivanoski

Luiz Henrique Monteiro, matrícula 40259, endereço Rua Alvaro Alvin, 490, bairro Seminário, cidade de Curitiba, telefone: 243-7800, lotação: Gráfica, data de nascimento: 06/11/64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo.

(Prot. nº 3494)

Curitiba, em 02.05.2000.

(a) Luiz Henrique Monteiro

## Ata de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 8ª ATA ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil, reuniu-se na Sala de reuniões da Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Duílio Genari, Moysés Leônidas,

Waldyr Pugliesi, Beto Richa, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk e mais o deputado Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 113/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral. APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 026/2000 de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário, do deputado Durval Amaral. APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 108/2000 de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 107/2000 de autoria do deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 103/2000 de autoria dos deputados Ricardo Maia e Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati. APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 612/1999 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati. APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 030/2000 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 652/1999 de autoria do deputado Orlando Pessuti. O deputado relator Antonio Belinati requer diligência. DEFERIDO; 09) Projeto de Lei nº 656/1999 de autoria do deputado Cesar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati, na forma da emenda anexa. APROVADO; 10) Projeto de Resolução nº 008/2000 de autoria do deputado Péricles Mello. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Durval Amaral; 11) Projeto de Lei nº 026/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer

FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 033/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio. O deputado relator Hermes Fonseca REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 14) Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. O deputado relator Hermes Fonseca REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei nº 631/99, de autoria do deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 569/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 077/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 071/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 105/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 110/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária